

Estados tentam fechar contas

por Alexandre Calais e Gorette Brandão, de São Paulo e Salvador

O governo baiano está fechando o ano longe do sufoco financeiro que atinge grande parte do setor público. Graças ao trabalho de recuperação financeira que realiza desde o início da década, o estado conclui o período com todos os seus compromissos em dia e ainda realizando investimentos da ordem de R\$ 650 milhões, sendo R\$ 450 milhões com recursos próprios. A posição relativamente folgada da Bahia pode ser medida quando se toma por referência o pagamento dos salários, sem atraso, fato raro hoje no País.

O governo baiano se mantém inflexível. O que gasta com a folha não ultrapassa o limite constitucional de 60% das receitas líquidas correntes, esse ano projetadas em R\$ 3,2 bilhões. Outros 15% das receitas se destinam ao pagamento das dívidas. O mesmo percentual é reservado aos investimentos, ficando os 10% restantes para o custeio da máquina.

Em São Paulo, André Franco Montoro Filho, secretário estadual de Planejamento, diz que o governo estadual tem se esforçado para conseguir ajustar receita e despesa. Ele afirma ter passado os dois primeiros anos de gestão buscando essa adequação por meio de cortes de gastos e renegociações de contratos de prestação de serviços: "Essas medidas, aliadas ao crescimento da receita, equilibraram o orçamento neste ano". Montoro Filho acredita que, a partir de 97, a administração terá condição de cuidar da área social e da melhoria da infra-estrutura local.

O governo mineiro fixou 1997 como o ano do equilíbrio nas contas do estado. Como afirmou Paulo Hadad, assessor econômico do governo

de Minas, ao repórter André Lacerda, a meta é zerar o déficit médio até o final do próximo ano. O vice-governador Walfrido Mares Guia acredita poder empatar receitas e despesas até junho. Nesse ano, o caixa já apresentou desempenho melhor: o déficit ficará em R\$ 700 milhões, um avanço quando comparado ao US\$ 1,3 bilhão de 1995. O governo conta, na verdade, com a venda de 33% das ações da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) para colocar seu caixa em ordem - algo em torno de R\$ 1 bilhão. A quantia dá um certo fôlego ao estado, mas é pouco para permitir ao Executivo voltar a investir.

O secretário de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro, Marco Aurélio Alencar, espera concluir, no início de janeiro, a renegociação da dívida fluminense com a União: "As negociações estão bem avançadas, faltando apenas resolver a questão do Banerj, principalmente de seu passivo previdenciário trabalhista".

Alencar diz que o passivo do banco estadual, de quase R\$ 2 bilhões, incluindo aí o passivo atuarial da PreviBanerj de R\$ 640 milhões, será absorvido no processo de renegociação da dívida mobiliária estadual de



André Franco Montoro Filho

R\$ 6 bilhões com a União. Com isto, a dívida a ser renegociada engorda em quase R\$ 3 bilhões. No total, o débito do governo, que está sendo negociado com a União, passa a beirar R\$ 9 bilhões.

O acordo será acertado com base nas normas de negociação do Proer para os bancos estaduais, que prevê

um prazo de 30 anos para pagar, a um custo de 6% ao ano e mais o IGP-DI, indicador de preço da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O adiamento do leilão do Banerj pode, porém, estar dificultando os entendimentos do governo do Rio com a área federal.

A questão da dívida atuarial da PreviBanerj não resolvida, da ordem de R\$ 640 milhões (bem acima do valor do Banerj de R\$ 480 milhões) tem sido alvo de liminares por parte dos funcionários do banco. Alencar garantiu aos investidores interessados em comprar o Banerj que o governo estadual assumirá este débito. O banco, porém, corre o risco de ser liquidado, caso não seja vendido este mês, quando completa um ano de sua intervenção pelo Banco Central segundo as normas do Regime de Administração Especial Temporária (RAET).

Esta possibilidade está sendo afastada por Alencar, que acredita numa forma legal de se prorrogar o Raet só para o Banerj S/A (nome do banco sadio que substituirá o banco antigo, onde ficou o passivo de R\$ 2 bilhões). A dívida mobiliária do Estado do Rio de Janeiro, de R\$ 6 bilhões, é três vezes menor que a de São Paulo, da ordem de R\$ 18 bilhões e também está abaixo da do Rio Grande do Sul, de quase R\$ 7 bilhões.

No caso de São Paulo, a renegociação da dívida estadual e a solução encontrada para o caso Banespa, não irão ter impacto significativo no orçamento do estado para o próximo ano, diz Montoro Filho. Os recursos para o pagamento da parcela da dívida renegociada, mais de R\$ 2 bilhões, já estão previstos em sua quase totalidade no orçamento aprovado pela Assembleia Legislativa.

Mesmo assim, ainda sobram cerca de R\$ 7 bilhões para investimentos, bem mais que os cerca de R\$ 2 bilhões aplicados neste ano. Desse total, R\$ 5 bilhões serão provenientes de financiamentos e empréstimos externos e de recursos das empresas estaduais. Os outros R\$ 2 bilhões sairão do caixa do Estado. A renegociação da dívida não representa dinheiro extra para investimentos porque, apesar de os débitos serem muito altos, não vinham sendo pagos.

Os recursos estaduais para investimento, em sua maior parte, foram

conseguidos, de acordo com o secretário Montoro Filho, com o aumento da arrecadação estadual. Só de ICMS, a maior fonte de arrecadação, passou-se de um montante de R\$ 13,6 bilhões em 95 para uma estimativa de R\$ 16 bilhões neste ano, um salto de 17,6%. Para 97, a previsão do governo é que se arrecade R\$ 18 bilhões, um crescimento de 12,5% sobre este ano.

Do montante reservado para investimentos, devem ser destinados R\$ 500 milhões para obras de habitação, R\$ 500 milhões para construção de

A dívida mobiliária do Rio é três vezes menor que a de São Paulo e está abaixo da gaúcha

estradas vicinais, R\$ 1 bilhão para saneamento, R\$ 1 bilhão para energia elétrica e mais de R\$ 1 bilhão para obras no Metrô e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). No próximo ano, o governo estadual deverá tentar também engrenar o processo de privatizações, embora o dinheiro obtido será canalizado para abater a dívida do Estado.

Com prazos de pagamento entre 20 e 30 anos, a dívida contratual da Bahia corresponde a R\$ 3,68 bilhões. Para o sub-secretário da Fazenda, Albérico Mascarenhas, o perfil é confortavelmente longo. O governo também está contando com o alongamento da dívida mobiliária, que corresponde a R\$ 725 milhões. "A renegociação se fará dentro das mesmas condições recentemente oferecidas para os grandes devedores", diz Mascarenhas.

Sobre o desempenho da máquina de arrecadação, a avaliação é positiva. "Vamos crescer esse ano entre 8 e 9% em comparação com a média nacional inferior a 4%".

Editoria de Arte/Gazeta Mercantil

O que esperam as consultorias

Instituições	PIB**				Déficit público (% do PIB)		Exportações (US\$ bilhões)		Importações (US\$ bilhões)		Saldo comercial (US\$ bilhões)		Saldo em conta corrente (US\$ bilhões)	
	Total		Ind*		1996	1997	1996	1997	1996	1997	1996	1997	1996	1997
	1996	1997	1996	1997										
Banco da Bahia	3,1	4,5	2,1	3,8	4,3	2,8	48,3	50,2	53,0	57,1	-4,7	-6,9	-21,0	-25,4
Banco de Boston	2,7	3,8	3,1	4,4	4,2	3,5	48,2	49,8	52,8	57,5	-4,6	-7,7	-	-
Banco Garantia	2,6	3,9	2,2	3,5	4,2	3,3	48,1	51,5	52,6	58,5	-4,5	-7,0	-21,7	-24,7
EIU	3,0	3,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fator	2,9	4,0	2,2	3,5	4,0	2,8	-	-	-	-	-4,1	-5,0	-21,7	-22,5
JP Morgan	2,7	3,9	-	-	4,4	3,9	47,6	-	52,5	-	-4,9	-	-	-
Macrométrica	2,4	3,9	0,7	3,4	-	-	48,9	-	51,7	-	-2,8	-	-17,8	-
MCM Consultores	3,0	4,1	0,7	3,6	-	-	47,7	50,0	52,1	56,1	-4,4	-6,1	-21,7	-22,0
Nomura	2,2	2,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-4,7	-7,1	-23,3	-26,3
Rosenberg	2,2	4,0	1,0	3,5	4,0	2,5	48,0	54,0	52,5	60,0	-4,5	-6,0	-	-
Salomon Brothers	2,9	3,3	2,1	3,0	-	-	48,3	-	52,2	-	-3,9	-	-	-
Média	2,7	3,8	1,8	3,6	4,2	3,1	48,1	51,1	52,4	57,8	-4,3	-6,5	-21,1	-24,2
Desvio Padrão	0,31	0,42	0,80	0,37	0,14	0,48	0,38	1,57	0,38	1,33	0,57	0,83	1,65	1,66